

PINGA-FOGO

■ **SITUAÇÃO DESESPERADORA** - O prefeito de Petrópolis Rubens Bomtempo e seus apoiadores estão em uma atitude desesperada procurando um culpado para o caos econômico que a própria gestão criou. O acusado da vez é o prefeito de Teresópolis, Vinícius Claussen, que recorreu à Justiça para pedir a reposição do Índice de Participação dos Municípios (IPM) que havia sido impactado, não só em Teresópolis, mas nas demais 91 cidades do Estado do Rio, após as prefeituras de Petrópolis, Angra dos Reis, Volta Redonda e Mangaratiba terem conseguido uma liminar que recalculou o IPM, beneficiando ainda mais esses quatro municípios com um repasse maior do ICMS. Com a derrubada das liminares, o prefeito de Petrópolis que, calculou como certa uma arrecadação conquistada com decisão provisória, alega caixa baixo e uma possível grave crise financeira.

■ **EVITANDO O CAOS** - Na audiência de conciliação que aconteceu nesta terça-feira (05), convocada pelo juiz Jorge Luiz Martins, titular da 4ª Vara Cível de Petrópolis, a Prefeitura denunciou uma suposta precariedade na prestação do serviço de coleta de lixo feita pelo consórcio que operava na cidade, Limp-Serra. Segundo o governo municipal, o consórcio chegou a ser multado em R\$ 8 milhões em janeiro. Já o Limp-Serra, na audiência, alegou que o município possui uma dívida de R\$ 23 milhões com a empresa Força Ambiental, majoritária no consórcio. Seriam 12 parcelas em atraso. Este também é um dos problemas que motivou os vários processos judiciais. Alegam ainda falta de reajustes e revisões de valores, porém o Consórcio rachou o que inviabiliza juridicamente a sua existência.



O vice-governador e secretário de Ambiente do Rio, Thiago Pampolha, está em Paris, na França, e realizou uma visita de campo às obras de despoluição do Rio Sena, com técnicos da SIAAP

MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



Na capital francesa, o vice-governador Thiago Pampolha ladeado pelo subsecretário executivo da Secretaria de Ambiente, José Ricardo Brito (e) e pelo diretor-presidente da Cedae, Aguinaldo Ballon (d)

Fotos Governo do Rio

Curto-circuito na falsa notícia sobre a desistência da Light da recuperação judicial

Por Cláudio Magnavita

A notícia publicada de forma intempestiva pelo colunista Lauro Jardim, de "O Globo", e reproduzida em diversos sites, de que a Light, através do seu Conselho de Administração, resolveu "desistir" da recuperação judicial, causou um curto-circuito no mercado, por trazer informações truncadas e que não são validadas no cenário jurídico, e até para os jornalistas que cobriram outras RJs no Rio, como a da Varig e a das Americanas.

Em nenhum momento o conselho da empresa resolveu desistir da recuperação, e sim acelerar o processo, através de uma negociação direta com os credores. Quem tem o poder e a palavra decisiva é o juiz Luiz Alberto Carvalho Alves, da 3ª Vara Empresarial, que aprovou a recu-

peração. No momento em que ela existe, cabe apenas ao magistrado a decisão da sua continuação ou extinção.

A notícia que surpreendeu o mercado, o meio jurídico e judiciário, omite um fato relevante. Coisa de quem ouviu o galo cantar e não sabe onde. O Conselho de Administração da Light aprovou, na segunda, 4 de setembro, um plano para acelerar a saída da Recuperação Judicial. Ele tem eventos e etapas a serem cumpridos. O mais importante ponto é um acordo que está sendo tratado com os principais credores da empresa. Acelerar a saída depende de variáveis.

Como a notícia foi publicada, transparece que a empresa, com dívidas e mal administrada, abriria mão de uma proteção judicial que existe, para ficar exposta. Não houve no Judiciário nenhuma

petição pedindo o fim da recuperação e a deliberação do conselho de acelerar o avanço nas negociações com os credores pode sim ter efeito no fim da RJ, mas isso depende do Poder Judiciário e da construção de um cenário com várias variáveis.

O novo Conselho de Administração não seria irresponsável de propor a desistência da recuperação judicial como a notícia, publicada de forma rasa, transparece. Além da soberania ser da 3ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio, depende do acordo com os credores. O plano, que foi aprovado no conselho, é uma sinalização de boa fé e de respeito à própria RJ e ao Judiciário que terá os seus ritos respeitados, como consta nas metas e no documento chancelado na última segunda.

cia. O juiz Jorge Luiz Martins foi prudente ao promover a audiência de conciliação e evitar um caos sanitário na cidade com o colapso do recolhimento do lixo.

■ **ELETRONUCLEAR SOB NOVA DIREÇÃO** - A Eletronuclear começou a semana com um novo diretor de

Gestão Administrativa da empresa. Trata-se do engenheiro Sidnei Bispo que assumiu a diretoria em substituição a Hélio Garcia. Bispo foi diretor de Engenharia de Furnas e secretário de Planejamento de Belo Horizonte. Ele, que atua como membro suplente do Conselho Fiscal da Petróbras, tem formação como

conselheiro de administração e fiscal pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e pela Fundação Dom Cabral, respectivamente. Além de ampla experiência na gestão de projetos de engenharia elétrica, no desenvolvimento de projetos e soluções em geração distribuída e energias renováveis.

■ **CANDIDATO VERDE** - A executiva municipal do PSB de Resende decidiu, por unanimidade, pela pré-candidatura do ambientalista Luis Felipe Cesar na disputa pela prefeitura em 2024. Ele vem com o apoio do presidente estadual do PSB, Alessandro Molon, e dos deputados estadual Jari Oliveira e

federal Eduardo Bandeira de Mello. Rogério Coutinho, presidente da executiva municipal do partido no município, disse que a "decisão ocorreu de forma articulada com o processo de ampliação do debate político" representado pela Frente Popular Democrática, que reúne os partidos Rede Sustentabilidade, PSOL, PT, PV e PC do B.

■ **GESTOR AMBIENTAL** - Felipe Cesar é formado em Comunicação Social, com especialização em Gestão Ambiental e mestrado em Desenvolvimento Sustentável. Atuou no então Departamento de Meio Ambiente de Resende de 1989 a 1996 e foi o primeiro presidente da Agência do Meio Ambiente de Resende, de 2006 a 2008. Assessorou o deputado Dr Julianelli de 2017 a 2018. Atualmente coordena os projetos ambientais da Crescente Fértil, instituição que apoia o fortalecimento de políticas ambientais na região Sul Fluminense.

■ **FÉRIAS FRACIONADAS** - O governador do Rio, Cláudio Castro, para concluir seu período de férias, embarca para uma viagem de uma semana. Ele fracionou seu tempo de descanso e passará alguns dias em Portugal com amigos. Vai esperar o retorno do vice Thiago Pampolha para viajar.

■ **CADÊ O CONVITE?** - Até o fechamento da coluna Magnavita, o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, não havia recebido convite para assistir a parada do 7 de setembro em São Paulo, nem do seu fraterno amigo e governador do estado, Tarcísio de Freitas e nem do seu neo amigo, o prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes. Todos querem os votos de Bolsonaro mais sem o ex-presidente no palanque. Quem explica?

Fernando Molica

Ministros com rosto

Ao sugerir que votos de ministros do Supremo Tribunal Federal sejam secretos, Lula voltou a confundir fala presidencial com uma conversa com amigos. Ao dizer que a sociedade "não tem que saber como vota um ministro da Suprema Corte", Lula defende um modelo compatível com ditaduras ferrenhas.

Os cidadãos têm o direito de discutir, de debater e de criticar as falas e decisões de todos os funcionários públicos, especialmente daqueles que exercem algum poder.

Mais uma vez, Lula parece deixar transparecer mágoas relacionadas a fatos ocorridos na história recente do país, como a decisão do STF — pressionado por setores importantes da sociedade e pelo Exército — de, em 2018, negar o habeas corpus que evitaria sua prisão.

É razoável admitir que a campanha contra Lula e o PT tenha repercutido junto aos ministros. Em 2012, antes de chegar ao STF, Luís Roberto Barroso, num artigo, escreveu que a "permeabilidade do Judiciário à sociedade não é em si negativa. Pelo contrário. Não é ruim que os juízes, antes de decidirem, olhem pela janela de seus gabinetes e levem em conta a realidade

de e o sentimento social". Um ano depois, já devidamente instalado na corte, afirmou que o Supremo "deve satisfações à opinião pública", ainda que não deva ser subordinado a ela.

As próprias idas e vindas do STF em casos da Lava Jato indicam que ministros olharam demais pela janela de seus gabinetes. O argumento que permitiria a anulação de processos contra Lula — a incompetência da vara de Curitiba — foi levantado havia muito tempo pela defesa do então ex-presidente. Só seria ouvido anos depois, quando o cenário político-institucional mudara.

Mas todos os elogios e todas as críticas ao comportamento de ministros do STF só podem ser feitos a partir do fato de que tudo o que dizem e escrevem é público. Para que possam atuar com independência, juízes são inamovíveis — só podem ser removidos de seus postos ou promovidos com sua concordância —, não podem ter salários reduzidos. Juiz não pode reclamar de pressão.

Casos recentes de xingamentos e de agressões a ministros do STF não podem servir como desculpa para a adoção do sigilo, são

atos criminosos, que precisam ser punidos. A irritação de setores de esquerda com votos do recém-empossado ministros Cristiano Zanin é legítima: advogado bem-sucedido, chegou ao STF porque quis, sabia que suas atitudes seriam julgadas.

A adoção do sigilo no STF reforçaria a ideia de que poderosos, também os do Executivo e do Legislativo, só devem satisfações a si mesmos. A ideia do anonimato de decisões judiciais, do chamado juiz sem rosto, só é admissível em casos extremos, que envolvem organizações capazes de matar magistrados. A experiência foi adotada em países como a Colômbia, Peru, México e Itália e chegou adaptada ao Brasil em lei assinada em 2012. Para preservar a vida de juízes, desde então é prevista a possibilidade de uma sentença ser assinada por um grupo de três magistrados.

Fora esses casos bem específicos, juízes têm que ter rosto, têm que assumir e justificar o que fazem. Os que mandam prender e mandam soltar não podem impedir que seus julgamentos sejam avaliados pela sociedade que paga seus salários, que delega o poder que eles têm.

Ricardo Cravo Albin

Pedro I - herói nacional. Educação cívica no Brasil

A última e inesperada atração da Bienal do Livro foi provocada pela Secretaria Estadual de Educação.

Neste sete de setembro, quinta-feira feriado nacional que se aproxima, a Educação será celebrada lado a lado da História e da Literatura entre o público majoritário (e preferencial) da Bienal do Livro, as crianças de 7 a 15 anos.

No estande da Secretaria Estadual de Educação, a Superintendente Cristina Silveira resolveu apostar na História do Brasil, centrada no 7 de setembro, na figura de Pedro I, o herói nacional que proclamou o grito "Independência ou Morte". Pedro I será a maior atração no estande da Secretaria de Educação do Estado do Rio. A Superintendente e a Secretaria de Educação convidaram o livro "Pedro I, o compositor inesperado", de Ricardo Cravo Albin, para ser abrigado pelo estande da Pasta de Educação no Dia da Pátria.

O livro, lançado recentemente na Feira do Livro de Lisboa, é um sucesso na Europa, já que revela o herói brasileiro — o que pouca gente sabia — como copioso compositor de música erudita, de Credos, Ladainhas, Marchas Patrióticas. Pedro I só era

até então conhecido pelo Hino da Independência do Brasil, composto por ele, com letra do poeta Evaristo da Veiga. Das 17 faixas incluídas no livro capa-dura de Cravo Albin, a mais executada é exatamente o Hino da Independência, considerado hino oficial pelo Governo Brasileiro há 200 anos.

A Secretaria da Educação pediu e o produtor do livro doará e sorteará 10 (dez) exemplares entre os grupos que se dispuserem a cantar para um júri de professores da Secretaria a postos na Bienal o famoso Hino composto por Pedro I entre São Paulo e o Rio, depois de declarar o Brasil separado de Portugal, que fez nascer a maior nação da América Latina, o Brasil. O Hino será executado pela 1ª vez pelos autofalantes da Bienal.

As crianças que quiserem obter o Hino do Herói para aprenderem e concorrer ao livro poderão capturar pelos seus celulares o QR Code das músicas de Pedro I que se encontra na capa do livro e/ou no seguinte link: <https://pedrocompositorinesperado.institutocravoalbin.com.br/>

O concurso começará às 10:30h e se encerrará às 12:30h do dia da Pátria na Bienal.